

PLANO DE AÇÃO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (x)

General

A. DE LYRA TAVARES

Ministro do Exército

- I — INTRODUÇÃO
- II — REFORMA ADMINISTRATIVA
- III — PLANO DIRETOR
- IV — LOGISTICA INDUSTRIAL
- V — PROJETOS E INVESTIMENTOS
- VI — CONCLUSÃO

I — INTRODUÇÃO

A Escola já teve a ocasião de ouvir a palavra de ilustres membros da equipe ministerial do Presidente Costa e Silva a respeito do plano de ação das respectivas pastas em decorrência das Diretrizes do Governo.

Uma idéia central há de ter sobressaído, nitidamente, das explicações de todos os ministros que me antecederam: os diferentes setores da administração, civis ou militares, se entrosam e se completam, como os próprios ministros entre si, para a execução de um programa comum. Nenhum de nós pretende, ou pode, realizar à frente do seu Ministério, uma obra isolada, um programa autônomo, a não ser na condução dos assuntos específicos do seu setor.

As diretrizes do Governo fixam os objetivos a atingir, repartindo as tarefas entre os Ministérios.

As drásticas limitações orçamentárias, a política de contenção de despesas, as servidões decorrentes do caos e dos desmandos herdados pela Revolução, a ânsia de repor as coisas em ordem, de restaurar, de sanear e de recuperar o que foi destruído, são condicionamentos e impulsos que regem a ação de cada ministro, como decorrência da política traçada e das Diretrizes estabelecidas pelo Governo para serem cumpridas por todo o Ministério.

A ESG deseja que eu lhe fale agora sobre como o Ministério do Exército planeja cumprir essas Diretrizes, o que suponho ser, aliás, um dever meu, como Chefe do Exército, para com este nosso mais categorizado Instituto de Altos Estudos Nacionais.

Dá-me, também, com o convite que me fez, o ilustre e velho amigo Gen Augusto Fragoso, Comandante da Escola, a grata oportunidade de ser útil aos estudos desta, que ainda me permito ter como um tanto minha Escola, ao mesmo tempo que me confere o privilégio de

voltar a êste auditório, talvez o mais sério e o mais benemérito do Brasil, do qual me despedi, não faz muito tempo, naquela manhã, para mim, inesquecível, do último dia do meu Comando.

Porque foi quando a ESG tanto se honrou e engrandeceu, precisamente no dia 13 de março dêste ano, com a magistral Aula Inaugural que aqui proferiu, para os estagiários desta mesma Turma de 1967, a que agora me dirijo, o inesquecível Mestre e ex-Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco a quem ela fêz a justiça de escolher para seu Patrono, motivo pelo qual desejo efusivamente felicitá-la.

Vamos, então, conversar sôbre o que o Ministério do Exército planeja fazer, no quadro das Diretrizes Presidenciais.

Conheço o interesse que tem o assunto para os estudos da Segurança Nacional, no conjunto dos quais as Fôrças Terrestres, como costume dizer, ocupam um campo correspondente a 1/12 do estudo global do Poder Nacional, pois representa um dos 3 vetores integrantes do Poder Militar. E bem sei que a Escola procura estar sempre atualizada nos problemas de que estamos tratando, dentro do Exército.

É óbvio que os quatro campos do Poder não podem ser entendidos e examinados senão como componentes do todo, e que êsse todo tem o homem como mola mestra, como paradigma e como fim último do próprio fortalecimento da comunidade nacional para a realização dos seus objetivos e aspirações, como nação.

É êsse, aliás, o grande sentido do programa global do Governo, que engaja a ação convergente de todos os Ministérios, ao imprimir aos problemas do homem brasileiro o caráter, por assim dizer, de objetivo de todos os objetivos, do esforço nacional para o desenvolvimento.

Porque, em última análise, a nação é, sobretudo, o homem, por grandes que sejam, como é certo que são, as influências do meio físico e das riquezas potenciais do território no destino e na grandeza das civilizações.

É com base nessa premissa que os esforços de todos os setores do Governo se somam, determinadamente, para a valorização do homem brasileiro. O homem — fator de produção, o homem — elemento básico da sociedade, o homem — cultura, o homem — civismo, o homem — força espiritual, o homem — ciência, como o homem — soldado.

Um dos grandes e tradicionais papéis que o Exército tem representado ao longo de tôda a evolução da nacionalidade é, aliás, o de valorizar o cidadão brasileiro, porque assim êle está também valorizando o soldado brasileiro, tão certo é que a eficiência dos Exércitos depende, fundamentalmente, da expressão qualitativa do potencial humano da nação.

Este conceito representa, para o Ministério do Exército, no quadro do atual Governo, não apenas a base de um plano de ação, mas um estado de consciência e uma atitude de espírito.

Dai o entusiasmo com que êle se lançou, desde o início, em obediência às Diretrizes do Presidente da República, na campanha da alfabetização, ampliando os seus programas de participação das organizações militares para que a nação corrija, ou, pelo menos, atenuie, tão depressa quanto possível, o degradante índice de analfabetos que constitui, certamente, a maior barreira ao seu desenvolvimento.

Esse trabalho está sendo conduzido de modo que a aula de alfabetização sirva, também, de ensejo para a educação cívica do cidadão.

Tal foi o objetivo de uma das minhas primeiras portarias ministeriais. E é preciso lembrar que, nos níveis mais altos da valorização do homem, as Escolas do Exército continuam a prestar benemérito serviço ao cidadão brasileiro, sobretudo nos campos pioneiros da indústria e da tecnologia, como todos sabemos.

Cumpra, aliás, assinalar essa contribuição ampla que o Exército presta à Nação no setor da Educação e da Cultura, como no dos empreendimentos públicos, na interiorização do progresso, etc., para corrigir a imagem, por vêzes, intencionalmente deformada, que procura apresentar o orçamento do Exército apenas como expressão de despesas puramente militares.

Há até os que as julgam, como regra, supérfluas e improdutivas, porque não se dão conta de que a segurança, a ordem institucional e, acima de tudo, a soberania da Pátria custam dinheiro, e, em certas contingências, muito dinheiro, mas representam, para o cidadão, bens imateriais de valor muito mais alto do que toda a despesa que seja necessário realizar para preservá-los e defendê-los.

II — REFORMA ADMINISTRATIVA

A Reforma Administrativa está sendo implantada no Ministério do Exército, primeiro no seu espírito e, complementarmente, na sua forma.

Esta compreensão do processo mais adequado para conduzir uma reforma que é, antes, de princípios, do que de organograma, os Chefes Militares a têm, e mostram ter, por experiência própria.

A eficiência de qualquer organização está na resposta que ela oferece aos objetivos de produtividade, de racionalização dos processos de trabalho, de rendimento efetivo, de grupamento dos órgãos afins e, sobretudo, da capacitação e do máximo aproveitamento dos valores funcionais que compõem a máquina administrativa.

Nesse entendimento é que se processa, por delegações, adequadas e sucessivas, através da escala hierárquica, a Reforma Administrativa no âmbito do Ministério do Exército.

O Presidente deu ao Ministro maior amplitude de ação, maior autoridade, além de uma participação mais ativa nas ações de Governo.

Isso importaria em centralizar na autoridade do Ministro uma soma bem maior de trabalho e de atribuições que, mal compreendidas no seu desempenho, apenas iria transferir do escalão mais alto para o imediatamente abaixo uma acumulação excessiva de estudos e decisões, se o mesmo princípio não fôsse estendido aos degraus sucessivos da hierarquia funcional, como está fazendo o Exército, com o maior vigor e comprovados benefícios para a sua eficiência institucional.

Na realidade, os órgãos de assessoramento de cúpula que limitam as possibilidades de erro do Ministro, como pessoa física, estão de fato investidos da função de assessorar e a desempenham com o prestígio e a autoridade que lhes dá o Ministro, como simples responsável eventual pela Chefia do Exército.

Engajam-se, assim, sobretudo nas grandes decisões, inclusive na execução da Reforma, a participação e a responsabilidade dos altos Chefes Militares, sem omissões nem exageros personalistas, o que não implica nenhuma restrição à autoridade e à responsabilidade maior do Ministro, a quem cabe traçar rumos e normas, controlá-los na execução, dirimir dúvidas e proferir a palavra final nos assuntos controvertidos, sobretudo para a afirmação da política geral do Governo e das Diretrizes do Presidente da República, que é, também, o Comandante Supremo das Forças Armadas.

O Alto Comando do Exército, o Conselho Superior de Economia e Finanças, antigo Conselho Superior do Fundo do Exército, e o Estado-Maior do Exército já estão, dentro desses princípios, participando ativamente, e com inestimável colaboração, no encaminhamento, no estudo e na solução dos grandes problemas do Exército.

A ação dos Altos Órgãos e Comandos cresceu, paralelamente, através das delegações com que o Ministro ampliou os poderes dos respectivos Chefes, dando-lhes mais autoridade, maior prestígio e maior responsabilidade.

Já diminuiu, e continua a diminuir, progressivamente, o número de assuntos encaminhados à decisão ministerial.

O fenômeno, por decorrer de um estado de consciência que se incute e se generaliza em todo o Exército, não se esgota nas relações de serviço entre os Altos Órgãos, uma vez que se vai refletindo, como já se observa, dentro de cada um deles, no comportamento dos demais degraus da escala hierárquica.

Ainda dentro do espírito da Reforma, empenha-se o Exército em localizar e corrigir, nos canais de tramitação dos assuntos de ordem administrativa, a omissão ou superposição dos órgãos incumbidos de estudá-los e de opinar, para o fim de sanar a intermediação ociosa.

e antieconômica que apenas concorre para sobrecarregar e retardar o processo administrativo.

Eu mesmo colecionei, em certa época, pelo hábito de pesquisar curiosidades históricas, numerosos avisos ministeriais, desde o fim do Império, reiterando a mesma recomendação invariável, isto é, que se devia evitar, no encaminhamento dos papéis, o emprego de fórmulas vazias e inconseqüentes como esta: "Submeto à alta consideração de V. Exa., para os devidos fins". Elas demonstram, dizem as recomendações, a omissão da autoridade, o seu não engajamento pessoal no estudo da matéria, com a sobrecarga das tarefas do escalão superior.

Observa-se, aliás, através dos tempos, pela centralização cada vez maior dos estudos e decisões no vértice da escala hierárquica, uma espécie de degradação progressiva da autoridade funcional, pela própria omissão e o desencorajamento da participação efetiva e necessária dos escalões intermediários, com o abandono de certos aspectos dos estudos a realizar e os outros inconvenientes naturais.

É no sentido de corrigir essa anomalia que o Exército trata de implantar, e está implantando a Reforma Administrativa, de modo que o General seja, plenamente, um General, como o Coronel, um Coronel, a exemplo do que era, aliás, a Instituição Militar, quando menor, no nosso tempo de tenentes.

Por outro lado, e complementarmente, o Estado-Maior do Exército conclui os seus estudos, projetando as alterações progressivas da estrutura do Exército, para que ela seja atualizada e corrigida, adequadamente, e com a necessária prudência.

Esse trabalho se iniciou com a vitalização do Alto Comando, já regulamentado com grandes e reais benefícios para o Exército (Decreto n. 61.082, de 27 Jul 67).

Do mesmo modo, já foi organizada a Inspetoria Geral das Polícias Militares, criada para regular a ação normativa do Exército com relação às forças públicas estaduais, no seu caráter de organizações militares da Reserva do Exército.

A Reforma Administrativa não estabelece condições de prazo para a sua completa implantação, podendo ela processar-se, pois, por fases, com a condição única de não haver qualquer aumento de pessoal.

Entende, por isso, o Exército, com base na sua própria experiência de várias reorganizações anteriores, que é mais aconselhável e mais prudente introduzir, inicalmente, as modificações mais reclamadas pela sua atual estrutura, sem alterá-la integral e substancialmente, nas grandes linhas.

O trabalho inicial consistirá no reagrupamento dos órgãos afins, em alguns casos comprovadamente mal distribuídos pelos setores departamentais, como é a atual situação da Engenharia e das Comunica-

ções, respeitando os limites dos efetivos, sobretudo nos níveis de chefia.

Dessa maneira poderão ser melhor ajustados e experimentados os organogramas em vigor, sem grandes alterações, com vistas a uma reformulação mais ampla na estrutura do Exército, com base nos projetos já estudados pelo Estado-Maior.

Outro aspecto gritante a corrigir é a sobrecarga que se impõe ao Chefe do Estado-Maior do Exército, com prejuízo do seu relevante papel de orientador do planejamento geral e principal assessor do Ministro, cumprindo salientar que lhe cabem, ainda, altas e complexas responsabilidades pessoais no desempenho das seguintes funções: Presidente da Comissão de Promoções de Oficiais, Membro e relator do Alto Comando do Exército, Membro do Conselho Superior de Economia e Finanças do Exército, Membro do Conselho de Chefes de Estado-Maior, junto ao EMFA, Membro do Alto Comando das Forças Armadas e Membro do Conselho de Segurança Nacional.

Em breve prazo, o novo Regulamento do Estado-Maior do Exército dará solução adequada a êsse e a outros problemas que estão a exigir a atualização e racionalização da sua estrutura.

III — PLANO DIRETOR

No quadro do Brasil e do mundo atual, sobretudo quando se impõe uma visão realística das necessidades do Exército e das suas possibilidades de investimento, não parece o caso de planejar a longo prazo uma reformulação substancial da sua estrutura, a não ser em grandes linhas suscetíveis de ajustamentos progressivos, para o delineamento geral dos objetivos a atingir em longo prazo.

É o que nos aconselham a experiência brasileira e o nosso próprio impulso desenvolvimentista, com alterações surpreendentes no fenômeno geodemográfico, pela explosão de novos núcleos sociais e a rápida interiorização do progresso nas direções novas de penetração do sistema nacional de transportes.

Além de tudo, é preciso levar em conta as limitações dos investimentos no setor militar e as suas prioridades no conjunto do Exército.

O planejamento a curto prazo será, então, como está sendo, a fórmula racional e objetiva de conduzir-se com segurança a administração do Exército, no estabelecimento de cada fase característica de empreendimentos. E é como se pode melhor conciliar a disponibilidade de recursos com as realizações preferenciais, em concordância com a política geral do Governo.

Dentro dessa idéia, o Exército concentra as suas atenções sobre as seguintes áreas territoriais prioritárias:

— Brasília, porque é a sede do Governo e fator de vitalização de todas as regiões circundantes, além de criar perspectivas de desenvolvimento e de integração do Oeste da Amazônia com o Planalto Central.

— A Amazônia, onde o Governo cria a infra-estrutura de ocupação efetiva para o desenvolvimento, programa que requer a crescente presença do Exército, em efetivos, em realizações de base, em ação social e em empreendimentos de pioneirismo, para o esforço comum que agora planeja, com as Forças Armadas e os demais organismos do Governo, o Ministério do Interior, sob a dinâmica e esclarecida orientação do General Afonso de Albuquerque Lima.

— O Nordeste, onde sobreleva o problema social, com a assistência que reclamam as populações. A presença do quartel e a sua interiorização progressiva, além da ação benemérita da Engenharia Militar, em colaboração com os Ministérios dos Transportes e do Interior, simultaneamente com as relevantes missões que cumpre ao Exército no quadro da Segurança Interna, representam inestimável colaboração ao programa global do Governo para a redenção definitiva da chamada "área-problema".

Ainda este ano, segundo o esforço que está sendo feito, desde o Ministério Costa e Silva, a marcha do Exército para o interior estará balizada, no Nordeste, pela presença dos seus quartéis em Campina Grande, Garanhuns, onde foi recentemente instalado um Batalhão de Infantaria, Feira de Santana, que será, provavelmente em dezembro, sede de outro novo Batalhão de Infantaria, além da ampliação da guarnição de Paulo Afonso.

O Estado-Maior do Exército coordena, também, a ação dos Departamentos no sentido de aparelhar e assistir, de modo cada vez mais efetivo, as guarnições de fronteira, e de redistribuir, adequadamente, os efetivos do Exército, em consonância com as imposições de interesse militar.

Verifica-se que, em cada uma das regiões prioritárias para as quais se volve a atenção do Exército, a escolha e localização das unidades oferece características e atende a finalidades diferentes.

Na Amazônia, por exemplo, o problema é de ocupação do território e de trabalhos pioneiros para vivificá-lo, pela criação de núcleos sociais, além de assegurar o controle e o aproveitamento das riquezas da terra, sobretudo contra o contrabando e a exploração. O problema é, antes de tudo, o da afirmação da soberania nacional.

Já o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, criado no Ministério Costa e Silva, empreende um gigantesco e benemérito programa que não se limita apenas à construção das rodovias BR-319 (Pôrto Velho — Abunã — Guajará Mirim), BR-364 (Abunã — Rio Branco) e a conservação da BR-364 no trecho Cuiabá — Pôrto Velho, mas às muitas outras atividades complementares, sociais e econômicas, inclusive a administração da Estrada de Ferro Madeira — Mamoré e o abastecimento d'água em Pôrto Velho, com que se está alterando, substancialmente, com a presença do Exército, em Rondônia, o panorama e as condições de vida daquela área e adjacências.

Além das organizações já existentes, foi criada dentro das Di-

retrizes do Governo, em Decreto n. 60.606, de 20 Abr 67, a Colônia Militar de Tabatinga, assim como uma unidade em Macapá, já com aquartelamento pronto, estando em estudo a criação de outra unidade em Santarém.

Nas unidades de fronteira vem o Exército recebendo, para melhorar as condições de vida das suas longínquas guarnições, o estímulo e o apoio das outras Forças Armadas, sobretudo dos Ministérios da Aeronáutica, Marinha, Transportes, Interior, Minas e Energia e Agricultura.

Este último está, atualmente, distribuindo, para tal fim, ao Comando das Unidades de Fronteira, lotes de quatorze reprodutores holandeses puros e 170 matrizes mestiças "holando-zebu", além de outras providências para estimular a criação e a agricultura de subsistência naquelas áreas.

O programa para a Amazônia, com a ênfase que lhe está emprestando o Governo, é, porém, muito mais amplo e complexo, pelo que envolve a ação conjugada de numerosos órgãos do Poder Público, com base na ação central do Ministério do Interior, graças a cuja iniciativa os outros Ministérios interessados, inclusive o do Exército, estão procedendo a estudos de conjunto, no quadro de um Grupo de Trabalho que planeja a programação plurianual dos empreendimentos globais do Governo nessa grande área, objeto de tôdas as espécies de cobiça por parte de interesses não nacionais ou antinacionais.

Finalmente, quanto ao Nordeste, cujos problemas a Escola Superior de Guerra tem estudado e equacionado em trabalhos de tanta seriedade, segurança e objetividade, não nos parece que seja mais o caso de assinalar o imperativo da presença do Exército nos seus pontos mais sensíveis, face aos problemas sociais e de segurança que o reclamam.

Por outro lado, a área de Brasília, onde agora se fixou, real e definitivamente, a sede do Governo, passou a constituir uma grande plataforma com base na qual o sentido de desenvolvimento do Brasil se projeta e se afirma em tôdas as direções.

Observa-se, já claramente, a rápida vivificação e interligação da Amazônia Ocidental, através do Mato Grosso, tendo como pivô central e força dinamizadora o grande impulso gerado pela civilização do Planalto.

Brasília reclama, por todos os motivos, a atenção do Exército, alargada sobre as áreas e direções que começam a configurar nôvo delineamento do mapa geopolítico do Brasil.

Ainda em 1967, estará sensivelmente acrescida a Guarnição Militar de Brasília, cuidando o Exército da criação de outras unidades em cidades cuja importância terá de crescer, necessariamente, em torno da nova Capital e como decorrência do seu desenvolvimento.

IV — LOGÍSTICA INDUSTRIAL

No setor logístico, o Exército já resolveu convenientemente o problema da munição do seu armamento leve e pretende produzir o seu próprio novo fuzil, além de adaptar, para calibre padrão, as metralhadoras anteriormente adquiridas.

Ainda em outubro estará inaugurada, à custa de muito esforço, a moderna linha de fabricação de nitroglicerina, em Piquê, acontecimento que reputo da maior relevância para o setor de explosivos. É obra que compensa todos os sacrifícios feitos e que honra a nossa Engenharia Militar.

Outro ponto crítico do nosso aparelhamento orgânico é o da deficiência das equipagens de pontes, não apenas pela descontinuidade de orientação com que tem sido o problema encarado, mas, também, pela grande perda de material empregado nas operações de socorro a calamidades públicas, missão que a legislação revolucionária fez a justiça de incluir, definitivamente, entre os encargos do Exército, em tempo de paz.

O Estado-Maior do Exército, com o Departamento de Provisão Geral, está seriamente empenhado na solução desse problema.

As unidades industriais do Exército, ao lado dos programas que se destinam a cumprir para atender às necessidades de tempo de Paz, devem conservar as condições potenciais para as missões que terão de desempenhar em caso de mobilização.

Essas missões tenderão a diminuir, ou a desaparecer, na medida em que a indústria civil se capacite a desempenhá-las, como ocorre nas grandes nações. E parece já ser tempo para que a nossa indústria militar seja reformulada, dentro dessa premissa.

De qualquer modo, há uma capacidade ociosa da Indústria Militar que o Exército trata de aproveitar em toda a sua plenitude, inclusive na colaboração com os empreendimentos do Estado, em certos tipos de fabricação que permitem a economia de divisas ou não oferecem atração aos investimentos privados.

Outro assunto em que está empenhado o Exército é o relacionado com as viaturas militares. O esforço maior e prioritário está sendo feito com o apoio exclusivo da Indústria Nacional, não apenas na recuperação e atualização do material mecanizado, como na padronização e aquisição dos demais tipos de viaturas militares.

Merece destaque especial a realização do dispositivo de tração para 4 x 4 e 6 x 6, já praticamente aprovado nos testes finais, por constituir uma demonstração da alta eficiência da nossa Engenharia Automóvel.

Parece desnecessário assinalar a importância que o planejamento do Exército empresta ao problema das viaturas militares e à sua fabricação no Brasil, dentro da tendência generalizada para a motoriza-

ção, com vistas à mobilidade imprescindível à modernização das unidades e da linha de suprimentos.

Esses são apenas alguns dos aspectos mais característicos dos programas em curso no Exército, no setor da logística industrial.

V — PROJETOS E INVESTIMENTOS

Pela primeira vez no Brasil, o Governo disciplinou os projetos e os investimentos públicos, pela coordenação e o planejamento de cúpula, dando-lhes sentido de conjunto e realismo, de modo a colocar no mesmo quadro de realizações e subordinar aos mesmos objetivos o planejamento de caráter setorial.

Foi, talvez, a maior herança que recebeu do Governo do Marechal Castello Branco o atual Governo, além da seriedade e da austeridade no trato dos problemas da Nação.

Foram estas, aliás, as primeiras palavras do documento com que o Ministério do Exército apresentou a sua contribuição ao Programa Estratégico de Desenvolvimento, discutido e aprovado pelo Presidente da República, na 2ª Reunião do Ministério.

“Pela primeira vez, o Exército recebe para exame um projeto de programa global que procura coordenar e integrar o esforço do Governo, com a participação de todos os Ministérios.

Nesse sentido, o Ministério do Exército procurou inserir no plano de conjunto do projeto a contribuição que pode oferecer ao desenvolvimento nacional, sem prejuízo de suas missões precípua na segurança interna e externa”.

De acôrdo com as Diretrizes do Governo, que incidem, principalmente, sobre o Ministério do Planejamento e Coordenação, cada Ministério desenvolve a sua ação segundo os condicionamentos ditados, com segurança e flexibilidade, pelo Ministro Hélio Beltrão, a quem cabe o árduo e relevante trabalho de harmonizar e adequar as políticas e os programas setoriais, segundo o compasso, as disponibilidades de recursos e os objetivos do Governo, para a recuperação e o fortalecimento da Nação.

Dentro desse quadro global, o Ministério do Exército tem podido assegurar o prosseguimento dos seus principais projetos, iniciados na administração do Ministro Costa e Silva e impulsionados, sem solução de continuidade, pelo Ministro Ademar de Queiroz.

Eu tive a sorte de encontrar na Chefia do Estado-Maior do Exército, nas chefias dos Departamentos e nos Comandos dos 4 Exércitos, a mesma compreensão comum e a convergência de esforços necessária para que se libertasse definitivamente o Ministério do Exército do grande mal do espírito personalista que lhe impunha variações periódicas na orientação de cúpula, além do desperdício de esforços inconseqüentes, sem engajar, como é imprescindível, a participação e a

responsabilidade de todos os chefes, para que haja, além de tudo, a permanência dos objetivos, no tempo, isto é, a predominância do pensamento da organização sobre a orientação e o ponto de vista pessoal da autoridade que eventualmente a dirige.

Essa é, para mim, uma das grandes conquistas do Exército da Revolução, dentro do qual ganha expressão cada vez maior a instituição do Alto Comando, a hierarquia dos valores e, acima de tudo, a revitalização da autoridade de todos os postos e graduações, reinvestida do seu conteúdo indispensável de prestígio e de responsabilidade.

É assim que todo o Exército está participando, com entusiasmo, da execução dos projetos básicos, cujo andamento me permite expor esquematicamente, no quadro n. 1, anexo, para a solução dos seus empreendimentos prioritários, que obedecem aos seguintes objetivos gerais:

1º) Cada quartel, sobretudo nas áreas de ação pioneira, há de ser completado com as unidades residenciais e instalações logísticas indispensáveis à vida dos respectivos quadros, para que o Exército possa movimentá-los sem desassisti-los;

2º) Os problemas do aparelhamento material do Exército, sobretudo quanto ao equipamento de comunicações, a motorização e mecanização, ao armamento e munições, devem caminhar, firmemente, para soluções nacionais, no estágio já atingido pelo nosso desenvolvimento industrial: importar apenas o que ainda não fôr possível produzir;

3º) O problema da casa funcional, devidamente mobiliada, é, na prática, uma condição para que, sendo o Exército uma Instituição eminentemente nacional, desapareça a tendência para que o oficial ou o sargento se vincule, por motivos de ordem econômica, a determinadas Guarnições, importando, além disso, em substancial redução nas despesas orçamentárias de transportes;

4º) O problema assistencial do Exército reclama investimentos maiores na ampliação e reaparelhamento da sua rede hospitalar;

5º) O emprêgo da Engenharia do Exército em empreendimentos públicos é, também, um sistema econômico de promover-se o seu aprimoramento técnico, tal como se observa nas grandes nações.

No Brasil, é, além de tudo, um imperativo do processo do desenvolvimento nacional, o que não importa em desconhecer a imprescindibilidade da engenharia de combate, no seu papel insubstituível.

VI — CONCLUSÃO

Todos nós temos a perfeita consciência das grandes linhas do problema conjuntural da nação. Cresce, a passos largos, a demografia brasileira. Aumentam, paralelamente, as necessidades de subsistência. Amplia-se a escala da ocupação do território. Grandes áreas mortas, ou

esclerosadas, do organismo nacional, antes ilhadas da civilização, vivificam-se, comunicam-se, impondo, por isso mesmo, novas exigências no esforço global de desenvolvimento.

As rodovias audaciosas começam a chegar até onde somente pou-savam, antes, os aviões do Correio Aéreo Nacional, sem que se esgotem, com isso, mas antes se aprofundem ainda mais, os vãos beneméritos do pioneirismo da FAB.

A medida que o Brasil empreende, assim, a conquista e a exploração do seu próprio território, surgem novos problemas de implantação e alargamento da infra-estrutura da nação e os do aproveitamento das suas riquezas potenciais adormecidas.

E tudo isso é tarefa do homem brasileiro, que terá de ser colocado à altura da grandeza da obra que realiza, dos desafios com que ela exige a sua valorização, dos problemas que ela lhe antepõe, a reclamarem o seu aperfeiçoamento técnico, a modernização da nossa mentalidade empresarial, o encorajamento e o estímulo da iniciativa privada.

Vêm daí o problema das escolas, o da alimentação, o da energia, o dos transportes, o do saneamento e numerosos outros, a começar pelo da segurança, com que se defrontam, necessariamente, as nações em desenvolvimento.

Enhum de nós ignora que é uma das grandes técnicas das forças antidemocráticas a de dificultar, por todos os meios, êsse desenvolvimento, tão certo que é que êle constitui o caminho mais seguro, talvez mesmo o único caminho, para o fortalecimento da democracia.

O Exército, como as outras FF.AA, não pode ser indiferente a êsse grande e decisivo impulso para que a nação se realize, ainda mais porque é êle mesmo um instrumento apto e, em certos casos e certas áreas, ainda insubstituível, para a sua realização.

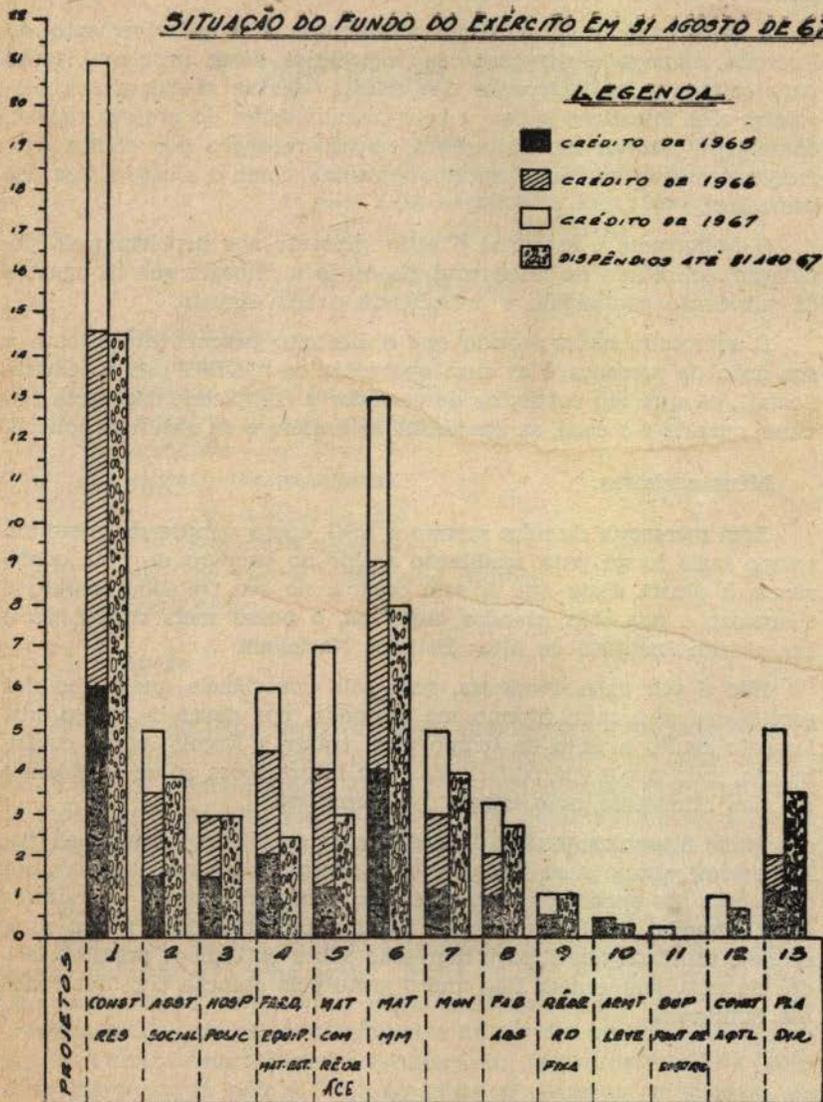
Além de tudo, é um grande e tradicional papel que lhe tem cabido ao longo de tóda a evolução histórica da nacionalidade.

Mas isso há de ser feito sem prejuízo da sua destinação precípua na defesa da Soberania Nacional, das Instituições e da Ordem.

Não basta que consideremos, no grande esforço a empreender, em trabalho e em investimentos financeiros, as realizações positivas de organização e reconstrução do Brasil.

Porque o progresso subentende a ordem, como, em conceito mais amplo e mais adequado, o desenvolvimento requer a segurança, além de constituir, êle próprio, o desenvolvimento, uma solicitação da segurança, como processo e condição obrigatórios para evitar que o crescimento vegetativo da nação produza o desequilíbrio, o enfraquecimento, o descontrôle e a vulnerabilização do seu organismo social, econômico e político.

SITUAÇÃO DO FUNDO DO EXÉRCITO EM 31 AGOSTO DE 67



Há, pois, que atender aos problemas da segurança interna e externa, decorrentes dos antagonismos aos quais, nesta altura dos cursos da ESG, não creio que seja necessário aludir por estarem bem presentes ao espírito de todos os que me ouvem.

A organização militar, como a instrução e o aparelhamento do Exército, começa a adaptar-se às imposições dêsse problema, tanto para colaborar na extirpação das causas, que se vinculam aos contrastes e às injustiças sociais e às vulnerabilidades do próprio regime, como para intervir na limitação e na neutralização dos efeitos, que freqüentemente assumem aspectos violentos, como é o caso típico das guerrilhas.

O importante e essencial é estar presente aos problemas da população, sobretudo na zona rural, de modo a impedir que os agentes da subversão confundam e conquistem o seu espírito.

É sobretudo nesse sentido que o Exército procura atuar, com a sua ação de presença e as suas operações de "ACISO" (Ação Cívico-Social), sempre em condições de estender e completar, nas áreas críticas, quando é o caso, as atividades de âmbito e de natureza policial.

Meus senhores:

Bem mereceria de mim mesmo a ESG, como sempre mereceu, um tempo mais longo para meditação maior no preparo de uma conferência à altura dêste que é, sem dúvida, no seu trabalho austero e silencioso e nos seus grandes objetivos, o nosso mais verdadeiro e benemérito Instituto de Altos Estudos Nacionais.

Não é por falsa modéstia, mas pela consciência que tenho das servidões que a mim mesmo me imponho, por dever do cargo, que lamento muito a falta de tempo para trazer à Escola, como contribuição, tudo o que lhe poderia dar, em informações sôbre o trabalho do meu Ministério, se o tempo me permitisse.

Ainda dispomos, porém, de hora e meia de diálogo franco e aberto. E ele tem, para o meu feitio, e para a minha compreensão do valor do debate nos encontros de espírito, de pontos de vista e de culturas especializadas, neste, para mim, tão familiar auditório, muito mais sabor e utilidade que a pura digressão sôbre os tópicos preestabelecidos de uma conferência. Sou muito grato pela atenção com que todos me honraram.